

## Portugal no último ECOFIN - Programa de Estabilidade Português

Na reunião do Conselho ECOFIN do passado dia 10 de Março foram aprovadas as Opiniões do Conselho relativas aos Programas de Estabilidade ou Convergência de 21 estados-membros da UE, entre os quais Portugal.

O Conselho considera, na sua Opinião sobre o Programa de Estabilidade Português, que o estímulo orçamental em 2009 é significativo e temporário e que constitui uma resposta adequada para fazer face ao abrandamento económico. O retomar da consolidação orçamental assim que a economia recupere, previsto no PEC para o ano de 2010, é apontado como correcto, havendo, no entanto, o risco do crescimento económico ficar abaixo do esperado, facto que poderá conduzir a um resultado de consolidação inferior ao planeado. Neste sentido, Portugal é convidado a:

- (i) implementar durante 2009 a política orçamental projectada, em linha com o *European Economic Recovery Plan (EERP)*, evitando uma deterioração mais acentuada das finanças públicas em 2009 e prosseguindo com determinação o ajustamento planeado a partir de 2010;
- (ii) continuar o fortalecimento do enquadramento orçamental e a assegurar que as medidas de consolidação continuem a fomentar a qualidade das finanças públicas.

### Recomendações específicas para os estados-membros

No âmbito do novo ciclo da Estratégia Lisboa foi aprovado um relatório que incluiu as Linhas Directrizes Integradas e as recomendações específicas para os estados-membros.

Relativamente às recomendações sobre Portugal, o relatório reconhece a significativa redução do défice orçamental verificada nos últimos anos, bem como o progresso alcançado em termos de consolidação orçamental e da reforma da administração pública. É igualmente referida a melhoria no ambiente de negócios, educação e formação. No entanto, o aumento do crescimento da produtividade e a redução dos desequilíbrios externos são desafios identificados como prementes. Assim, é recomendado que Portugal:

- (i) intensifique os esforços para redireccionar a despesa pública para áreas que aumentem o crescimento potencial e a competitividade internacional da economia mantendo, simultaneamente, o controlo global das despesas;
- (ii) continue os esforços para melhorar a eficiência do sistema educativo e para desenvolver o sistema de formação vocacional relevante para as necessidades do mercado de trabalho;
- (iii) implemente a legislação para modernizar a protecção do emprego (em particular o Código do Trabalho) de forma a contrariar a segmentação do mercado de trabalho.